

Governo e oposição falam sobre a crise dos medicamentos

Fotos Divulgação



Gonzalo Vecina,
diretor-presidente da ANVS



Henrique Fontana (PT/RS),
deputado federal

“A CPI deve apresentar, ao final, propostas para viabilizar o uso racional de medicamentos, que implicaria uma revolução no varejo farmacêutico, e uma melhor informação para o médico.” Essa é a opinião de Gonzalo Vecina Neto, diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, sobre os resultados da CPI dos Medicamentos.

A CPI, prevista para terminar em 30 de maio, tem analisado indícios de irregularidades no sistema de saúde desde novembro de 1999. Vecina afirma que essas suspeitas precisam ser melhor investigadas e enfatiza o problema da desregulamentação do mercado.

“Desde a época do Plano Collor ficamos sem instrumental testado sobre a regulamentação”, diz.

O **SBN Informa** também conversou sobre esses temas com o deputado Henrique Fontana (PT/RS), que sugere três medidas para solucionar o problema dos medicamentos. Uma delas seria investir em uma indústria farmacêutica federal, que fornecesse remédios ao SUS e competisse no mercado. “Deveria haver um retorno do investimento na indústria pública, que produziria muitos dos medicamentos comercializados hoje e por um preço mais barato”, diz Fontana.

Págs. 4 e 5

EDITORIAL

Uma transformação necessária

O Brasil atravessa, no momento, algumas transformações importantes para atingir novos rumos no sistema de saúde, cuja sustentação, entretanto, encontra-se estagnada.

A votação da Proposta de Emenda Constitucional relativa à aplicação de recursos orçamentários na área da saúde está emperrada no Congresso Nacional e principalmente no Senado. Ao mesmo tempo em que se faz a demagogia por um (necessário) salário-mínimo maior, bloqueia-se essa votação para poder manter as bases políticas de sustentação junto aos governos estaduais e municipais.

A questão surgida da implantação dos medicamentos genéricos – obra do ministro Jamil Hadad, que ficou estagnada por interesses outros – aparece agora pela CPI dos Medicamentos e mostra toda a podridão do sistema.

A alta complexidade e o alto custo que engloba a área precisam ser repensados, mas não é pela redução dos recursos que se resolverá a situação. O aporte de recursos para a saúde, vinculados ao orçamento, é fundamental.

Com a criação da esperada Agência Nacional de Saúde poderá haver mudanças dos rumos da relação entre a indústria de equipamentos médicos e farmacêutica com o Ministério da Saúde. Desde os tempos do Inamps, só se registrava (com raras exceções) um equipamento ou medicamento após espera de anos, por um sistema composto pelo Ministério da Saúde e pela indústria, que, sem envolver seus nomes, usava distribuidoras apropriadas para essa atividade.

Nesse esquema entrava um seleto grupo de médicos representando universidades ou entidades médicas, que, com as suas famosas cartinhas, davam o aval científico, às vezes bem intencionado, para as maracutaias.

É fundamental que a Agência Nacional de Saúde crie, nas universidades e em institutos de pesquisas, programas de referência para estudos de novos produtos e medicamentos. A nós, médicos, cabe ter posicionamento por uma boa pesquisa, para maior benefício da coletividade

João Cezar Mendes Moreira
Presidente da SBN

NEFROLOGIA PEDIÁTRICA

Diretoria oficializa grupo multidisciplinar

O Comitê de Nefrologia Pediátrica, formado por profissionais representantes de vários centros de nefrologia do Brasil, foi criado por ocasião do X Congresso de Nefrologia Pediátrica, realizado ano passado no Guarujá, SP. Confira mais informações nesta edição.

Pág. 3

EDITAL

Prova para o Título de Especialista

A prova para obtenção do Título de Especialista em Nefrologia será aplicada no dia 23 de setembro deste ano, durante as atividades do XX Congresso Brasileiro de Nefrologia, em Natal, RN.

Esta edição publica o edital com as informações sobre o exame.

Pág. 7

EDITOR

Ruy A. Barata

EDIÇÃO EXECUTIVA
Publishing Solutions

SECRETÁRIA

Rosalina Soares

SOCIEDADE BRASILEIRA DE
NEFROLOGIARua Machado Bittencourt, 205
5º andar, conj. 53, V. Clementino
CEP 04044-000, São Paulo, SP
FONES: (0xx11) 570-1242 e
(0xx11) 5080-3630
FAX: (0xx11) 573-6000
EMAIL: secret@sbn.org.br
WEBSITE: http://www.sbn.org.br

DIRETORIA

PRESIDENTE

João Cezar Mendes Moreira

VICE-PRESIDENTE

Wagner Moura Barbosa

SECRETÁRIA GERAL

Maria Almerinda Alves

1º SECRETÁRIO

Antonio Américo Alves

TESOUREIRO

Daniel Rinaldi dos Santos

DEPARTAMENTOS

DEFESA PROFISSIONAL

Ruy A. Barata

DIÁLISE E TRANSPLANTE

Hugo Abensur

ENSINO, RECICLAGEM E TITULAÇÃO

Nestor Schor

FISIOLOGIA E FISIOPATOLOGIA

RENAL

Luis Yu

HIPERTENSÃO ARTERIAL

José Nery Praxedes

INFORMÁTICA EM SAÚDE

Daniel Sigulem

NEFROLOGIA CLÍNICA

Rui Toledo Barros

NEFROLOGIA PEDIÁTRICA

Júlio Toporoviski

PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO

ELETRÔNICA E ARTE-FINAL

Publishing Solutions
email: publiiso@ibm.net

PUBLICIDADE

Marcelo Gonçalves
Telefone: (0xx11)214-2681
Fax: (0xx11) 3159-0620*Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal.*

DIRETORIA

campanha

Dia Nacional de Prevenção e
Combate à Hipertensão Arterial

Em virtude das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, a Campanha do Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial foi transferida de 26 de abril para 4 de maio de 2000. A campanha é uma parceria das sociedades médicas que atuam na área de hipertensão arterial (SBN, Sociedade Brasileira de Cardiologia e Sociedade Brasileira de Hipertensão) com entidades governamentais (Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde) e não-governamentais (Conasems, Sesi, Conapha, Movimentos Negros etc.).

O engajamento do Conasems (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde) permitiu uma grande ampliação da campanha, com a adesão de vários municípios de todo o país, capitalizando o alcance em nível nacional. Isso fez com que o número de postos de atendimento saltasse dos 1.500 do ano passado para os 15.800 projetados para este ano, aumentando o custo da campanha e exigindo esforços adicionais para captação de re-

ursos. Ao mesmo tempo, foi necessário reduzir o material promocional para que se pudesse contemplar todos os postos com o material básico. Foram suprimidas as faixas e camisetas, mantendo-se os cartazes de divulgação, os folders educativos, os cartões de pacientes e as planilhas de atendimento.

Ao longo da organização da campanha, a mobilização das sociedades médicas envolvidas e as gestões com o Ministério da Saúde, as secretarias e o Conasems vêm se encaminhando para uma ação continuada na área de hipertensão arterial. A secretaria estadual da saúde de São Paulo, em conjunto com as sociedades, publicou recentemente a Resolução SS-7, de 13/1/2000, normatizando os critérios de diagnóstico e tratamento do hipertenso e criando a farmácia básica de anti-hipertensivos para o "Programa Dose Certa". No Ministério da Saúde, em parceria com a SBN, SBC e SBH, está sendo inteiramente reformulado o Manual de Normas Técnicas para o atendimento ao hipertenso.

Recentemente, de 17 a 19 de mar-

ço, em Pouso Alegre (MG), por iniciativa da Associação Paulista de Assistência ao Hipertenso, houve a criação da Conapha (Confederação Nacional das Associações dos Portadores de Hipertensão Arterial), unindo os pacientes e usuários do sistema de saúde em nível nacional. Na ocasião foi divulgada a "Carta de Pouso Alegre" encaminhada às autoridades com recomendações e reivindicações para aprimorar a atenção aos hipertensos.

A nossa participação como nefrologistas nessas atividades é fundamental, dada a grande vinculação da hipertensão arterial com as doenças renais.

Na Campanha do Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, a presença do nefrologista põs em destaque os riscos e conseqüências da perda da função renal que a hipertensão acarreta e o seu impacto econômico e social, mesmo nos pacientes já em diálise.

José Nery Praxedes
Diretor de Hipertensão
Arterial da SBN

consensos

Sociedade aprova proposta sobre
protocolos para especialidades

A proposta da Associação Médica Brasileira sobre os Consensos ou Protocolos por Especialidades foi aceita pela SBN em reunião da diretoria da Sociedade (executiva e coordenadores de departamentos), no dia 22 de março.

As normas sobre especialidades serão implantadas no país por meio

de acordo entre a Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina, as Sociedades de Especialidades e o Ministério da Saúde.

As normas que serão encaminhadas pela AMB, onde estão sendo discutidas, começaram a ser entregues em meados de abril para a SBN.

esclarecimento

Presidente comenta equívoco sobre eventos

Na edição de 3 de fevereiro do **SBN Informa**, à pág. 3, foi mencionado indevidamente que o presidente da SBN, João Cezar Mendes Moreira, teria dito que os congressos e simpósios de nefrologia têm dado prejuízo.

Na verdade, o presidente da SBN afirmou que os eventos regionais – e não os congressos e simpósios nacionais –, que começam a proliferar nos Estados, têm obtido recursos com dificuldade. Essa declaração foi feita com relação à atual situação econômica do país, que torna necessário discutir a distribuição e a organização desses eventos.

serviço

Roraima abre vaga
para nefrologista

A Secretaria de Saúde do Estado de Roraima está precisando de profissional na área de nefrologia para atuar no Estado. Os interessados devem escrever para cleon@mandic.com.br ou ligar para o telefone/fax: (0xx95) 623-1309/623-1294

Clínica em RO
oferece parceria

A Nefron, que presta serviços de hemodiálise e nefrologia clínica, procura nefrologista com possibilidade de cota de sociedade. Propostas e currículo resumido devem ser enviados para: Av. Panamá, 560, Nova Porto Velho, CEP 78906-750, Porto Velho, Rondônia.

SBN oficializa Comitê Nacional de Nefrologia Pediátrica

Profissionais especializados em diferentes áreas de atuação compõem grupo criado ano passado

A Sociedade Brasileira de Nefrologia oficializou, como parte integrante da entidade, o Comitê Nacional de Equipe Multiprofissional em Nefrologia Pediátrica.

A oficialização demonstra a coerência da SBN que, em 40 anos de existência, sempre se preocupou com o desenvolvimento teórico e prático da Nefrologia com bases científica e humanitária.

O grupo surgiu por ocasião do X Congresso de Nefrologia Pediátrica, realizado no Guarujá, SP, de 17 a 20 de novembro do ano passado. Nas mesas redondas desse evento, ficou clara a necessidade de elaborar um trabalho para o atendimento de

crianças portadoras de doenças renais.

O comitê é formado por profissionais de centros de nefrologia do Brasil e de várias áreas técnicas de atuação na assistência a pacientes pediátricos com problemas renais, como enfermeiros, psicólogos, nutricionistas.

Um objetivo é facilitar a troca de experiências assistenciais

O grupo conta também com o apoio do Comitê de Nefrologia da Sociedade Brasileira de Pediatria e do Departamento de Nefrologia Pediátrica da SBN.

A fase inicial do trabalho foi identificar quais são os centros de nefrologia que prestam atendimento a crianças e adolescentes no Brasil.

Um dos principais objetivos gerais é facilitar a troca de experiências assistenciais e de pesquisa entre as diversas equipes multiprofissionais que assistem esses pacientes.

Outro objetivo é colaborar para a realização de estudos multicêntricos que reflitam a realidade brasileira, por meio da comunicação entre os vários centros e profissionais que queiram realizar pesquisas.

Há também a meta de organizar encontros com representantes das áreas que se dedicam ao tratamento dialítico e transplante.

Os interessados em colaborar com o grupo podem entrar em contato pelo telefone (0xx11) 570-1242, fax (0xx11) 573-6000 ou e-mail secret@sbn.org.br

Comitê de Equipe Multiprofissional em Nefrologia Pediátrica

Integrantes

- Denise Pará Diniz (coordenadora)
- Alberto Zagury
- Alessandra Naguettini
- Anelise Del Vecchio Gessulo
- Cristina Toscani Leal
- Ilma Lima Leão
- João Thomas de A. Carvalhaes
- José Pacheco M. Ribeiro Neto
- Kleyton Bastos
- Noemia Perli Goldraich
- Olberes Vitor Praga de Andrade
- Paulo Benedito Franco
- Regina Helena Lemos Novaes
- Valdinéia Soares Galindo
- Valéria Bonetti

AMB convida ministério para diálogo com entidades médicas

O Conselho Científico da Associação Médica Brasileira recebeu, no dia 13 de março, na sede da AMB, em São Paulo, o secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, Renilson Rehem de Souza.

Na ocasião estiveram presentes diversas associações médicas, como o Conselho Federal de Medicina e a SBN, entidade que integra o Conselho Científico da AMB e que foi representada pelo seu presidente João Cezar Mendes Moreira.

Na reunião, o presidente da AMB, Eleuses Vieira de Paiva, manifestou a intenção de contribuir com o Ministério da Saúde em questões como a aprovação da chamada PEC Aglutinativa 86-A, que é a Proposta de Emenda Constitucional que visa vincular orçamentos para a área de saúde nos níveis de governo municipal, estadual e federal.

“Vamos convidar o Ministério da

Saúde para vir até a AMB apresentar as campanhas e os projetos para o ano 2000 durante as reuniões do Conselho Científico”, disse o presidente da AMB.

Eleuses Paiva também convidou o Ministério da Saúde para acompanhar as atividades da entidade. Isso poderá ser viabilizado com a participação direta do Ministério nas reuniões, por meio de um representante.

De acordo com Eleuses Viera de Paiva, esse trabalho conjunto com o ministério pode ser iniciado nas reuniões previstas para a elaboração da Lista de Procedimentos Médicos 2000 (LPM 2000).

“Pela primeira vez a AMB e o CFM (Conselho Federal de Medicina) passam a discutir com o governo e com as demais entidades médicas questões muito importantes, como a LPM e as diretrizes para os consensos”, comentou Moreira, presidente da SBN.

A aproximação entre os órgãos é bem vista pelo Ministério da Saúde, segundo o secretário Renilson Rehem de Souza. Ele afirmou que há dois anos o ministério vem desenvolvendo trabalhos junto a diversas sociedades e associações médicas.

O secretário de Assistência à Saúde disse também que há interesse do ministério em acompanhar a elaboração da nova LPM. Ao comentar a situação da saúde no Brasil, o titular da secretaria declarou que a aprovação da PEC 86-A é fundamental para a melhoria do setor.

Segundo Renilson Rehem de Souza, a resistência à aprovação do projeto provém dos governos estaduais. “Em alguns casos, apenas 0,8% do Orçamento do Estado é direcionado à saúde, o que é vergonhoso”, destacou o secretário.

De acordo com o presidente da



Eleuses Vieira de Paiva, presidente da AMB

AMB, outras propostas serão avaliadas para a formulação da LPM 2000. O projeto, que receberá acompanhamento dos diretores de Economia Médica e Científico, será desenvolvido em reuniões realizadas três vezes por semana.

Soluções para a área

A CPI dos Medicamentos, prevista para terminar em 30 de maio, com a indústria farmacêutica para boicotar a lei dos genéricos. Em cinco meses, o superfaturamento dos preços de matérias-primas pelas empresas na presidência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto, sobre o trabalho da CPI e sugerem possíveis soluções para uma política de edição com o depoimento que o diretor de Defesa Profissional da



Gonzalo Vecina Neto,
Diretor-presidente da
ANVS

“A CPI deve apresentar propostas para viabilizar o uso de medicamentos”

Qual é a sua expectativa para a CPI dos Medicamentos?

Gonzalo Vecina – A CPI deve apresentar, ao final, propostas para viabilizar o uso racional de medicamentos, que implicaria uma revolução no varejo farmacêutico e uma melhor informação para o médico.

Como o sr. avalia as distorções divulgadas pela CPI?

Existem indícios que precisam de melhor análise, como a compra de matérias-primas e sua importação, mas desde a época do Plano Collor ficamos sem instrumental testado sobre a regulamentação do mercado. Em qualquer país civilizado, mesmo não havendo uma política específica de controle de preços, há algum tipo de controle. Por exemplo, em alguns Estados da Europa é o próprio poder de barganha.

Qual o papel das distribuidoras na questão das irregularidades?

Da fábrica para frente, do distribuidor ao varejo, o *laissez-faire* é a regra. Um real da fábrica equivale a dois ou três reais para o consumidor, que paga a ineficiência da rede.

E o roubo de carga?

Isso é problema de polícia. Dentro dos limites da vigilância, temos a

rastreabilidade dos lotes, que ajuda a controlar isso.

O sr. mencionou o poder de barganha na Europa como controle de preços. O Estado brasileiro está desenvolvendo isso?

Existem algumas compras centralizadas que poderiam ser melhor coordenadas. As secretarias Estaduais de Saúde fazem a compra dos medicamentos denominados excepcionais, como os de Aids, de tuberculose e de diabetes.

O Ministério da Saúde compra os chamados medicamentos de alta complexidade, utilizados em casos de linfoma ou em hemodiálise, por exemplo. Essas compras representam um gasto de 1,5 bilhão de reais por ano, cerca de 7,5% do orçamento do Ministério da Saúde. Também existe a farmácia básica, em que o Ministério dá um real per capita e as secretarias estaduais e municipais dão, cada uma, 50 centavos.

O que está sendo feito para coordenar esse poder de compra?

É preciso lembrar que há abusos porque o mercado é imperfeito e o consumidor não tem informações para tomar uma decisão sobre os medicamentos receitados. Estamos tomando providências para organizar melhor a capacidade de compra de medicamentos.

Que outros fatores agravam o quadro dos preços dos remédios?

Esse quadro passou por uma desregulamentação que não esteve sucedânea do ponto de vista funcional. Para proteger a concorrência, temos a Seae (Secretaria de Acompanhamento Econômico), que identifica desvios; a SDE (Secretaria de Direito Econômico), que os investiga; e o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que julga. Isso contribui para o acompanhamento dos preços, mas falta maturidade civilizatória para esse sistema, tanto para carrear informações para médicos e consumidores, quanto para regular o mercado.

Que dificuldades existem para implementar uma política de uso racional de medicamentos?

O varejo brasileiro é muito descontrolado e não respeita com a devida necessidade o significado das tarjas vermelha e negra dos remédios. A rede de varejo não é fiscalizada adequadamente, função atribuída aos governos municipal e estadual.

Como solucionar o fato de muitos médicos estarem mal-informados?

Hoje o médico é um assalariado e perdeu a própria capacidade de

reciclagem. Quem assumiu esse papel foi o propagandista de medicamento. Essa é uma questão cheia de complexidade. Para resolvê-la, a universidade tem um papel singular, mas para isso deve envolver diversos responsáveis.

O desempenho da Agência melhorou desde a sua criação?

Sem dúvida, mas ainda temos algumas dificuldades. Apesar da autonomia financeira e da estabilidade da diretoria, falta autonomia para contratação de pessoal de carreira técnica.

Antes dizia-se que o modelo para a Agência seria a FDA (Food and Drug Administration) dos EUA. Isso é verdade?

Copiei duas coisas do FDA: muita capacidade de trabalho e relacionamento com a ciência. Mas não dá para comparar, pois são realidades muito distintas. Relacionamos com o FDA de maneira importante, como para treinamento de fiscais, mas também com várias agências de outros países. Muitos têm interesse que façamos boas regulamentações.

O sr. está otimista?

Estou sim. É desgastante, mas sou sempre um otimista.

“Da fábrica para frente o *laissez-faire* é a regra”.

“Falta autonomia para contratar pessoal técnico”.

Política dos medicamentos

Desde maio, começou a investigar denúncias de formação de cartel pela CPI dos Medicamentos. Em cinco meses, a CPI trouxe a público várias informações polêmicas, como as empresas multinacionais. Em entrevista ao **SBN Informa**, o diretor-geral Enzo Vecina Neto, e o deputado federal Henrique Fontana (PT/RS) falam sobre uma política de medicamentos. Esse tema será retomado na próxima edição do **SBN Informa**. Profissional da SBN, Ruy A. Barata, concedeu à CPI em 3 de maio.

“Uma medida é investir em uma indústria farmacêutica pública federal”

Henrique Fontana,
deputado federal
pelo PT/RS



Qual é o resultado que o sr. pretende atingir nessa fase final da CPI dos Medicamentos?

Fontana – A principal contribuição seria desmistificar as soluções que estão sendo dadas para acabar com o cartel dos medicamentos, o qual abusa do poder econômico.

E quais seriam as reais soluções?

A primeira medida seria investir em uma indústria farmacêutica pública federal, que não só fizesse a distribuição para o SUS, mas também para venda no mercado. Os governos que se sucederam no país fecharam a Ceme (Central de Medicamentos), alegando que era um antro de corrupção. Se fosse só por isso, diríamos: tem corrupção no Judiciário? Fechemos o Judiciário. Tem corrupção na Câmara com a compra de dez votos? Então fechemos a Câmara. Mas não é assim. Deveria haver um retorno do investimento na indústria pública, que produziria muitos dos medicamentos que são comercializados hoje por um preço mais barato. Essa produção deveria ser ampliada, já que existem laboratórios estaduais, e se estabelecer uma concorrência

pública com os medicamentos produzidos em laboratórios privados.

Haveria outras medidas a serem tomadas?

A segunda providência seria extinguir a propaganda enganosa. Tenho até um projeto que está em tramitação no Congresso, baseado na legislação europeia, que se refere exatamente a isso. Os medicamentos têm de ser assumidos como medicamentos. O consumo não deve ser induzido por propagandas que utilizam personalidades como o Pelé, sendo que, muitas vezes, são remédios que não têm sua eficácia comprovada. Alguns fabricantes de medicamentos no Brasil tem a mentalidade dos fabricantes de camisetas: põem diferentes cores e estampas nos produtos para atingir uma maior vendagem, mas muitas vezes o produto é o mesmo. O problema é que estamos falando de mercadorias que atingem uma questão essencial: a saúde. Isso não pode ser tratado como um comércio de camisetas.

“O consumo de remédios não deve ser induzido por propagandas”

Como coibir esse tipo de comercialização?

Pela terceira medida, que é regulamentar e revisar as vendas e as au-

torizações de produção e comercialização de medicamentos que existem no país. São cerca de 35 mil que poderiam ser diminuídas para 20 mil, já que muitos dos produtos registrados nem têm sua eficácia comprovada. A maior parte do lucro das empresas, inclusive, vem exatamente da comercialização dessas mercadorias. O governo Federal deveria intervir para proibir a comercialização.

Quais seriam as falhas dos órgãos regulamentadores nos casos de corrupção que estão sendo apurados pela CPI?

Essa fratura exposta que está sendo mostrada pela CPI e pela mídia é um sinal cruel de um Estado que foi implantado no país nos últimos anos: o Estado Neoliberal. Essas estruturas de controle foram sendo sucateadas ao longo dos anos. Não há mais um sistema de controle. O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) veio à CPI e perguntou como vai controlar um cartel de medicamentos quando nem consegue administrar uma briga de cervejas. Se o Estado prega tanto o livre comércio e a sua auto-regulação, por que não fazer o contrário: tornar suas indústrias competitivas para não ficar refém das empresas

multinacionais? Outro fator para a corrupção é a impunidade no chamado “andar de cima”.

Qual seria o papel das distribuidoras de medicamentos na questão da corrupção?

Esse dilema, que discute se a corrupção é feita pelos laboratórios ou pelas distri-

buidoras, não existe para mim, porque eles trabalham articulados: são “unha e carne” nesse processo de cartelização. No dia 15 de março, na CPI, o presidente da Distribuidora Farmacêutica Paranello, Paulo Paranello Filho, disse que eles têm contrato de exclusividade com determinados laboratórios.

Quais seriam as soluções para regulamentar os preços dos medicamentos?

Considero até brincadeira a proposta de diminuir os impostos que recaem sobre os medicamentos, para que sejam diminuídos os preços. Já foi provado que a indústria tem um lucro exorbitante, superfaturado, portanto, deve-se proibir esse lucro. O imposto poderá reverter na construção dos laboratórios nacionais, que poderão vender os medicamentos por 1/3 do preço.

“Parte do lucro é do comércio de remédios sem eficácia comprovada”

AGENDA

MAIO

17 a 19

Second Latin American Congress on Acute Renal Failure

Rio de Janeiro, RJ
Caixa Postal 92148 - Itaipava
CEP 25741-970, Petrópolis, RJ
Fone: (0xx24) 222-2365
Email: excellence@npoint.com.br
<http://www.npoint.com.br/excellence>

17 a 20

Congresso Internacional de Especialidades Pediátricas (Criança 2000)

Expo Trade, Curitiba, PR
Avenida Batel, 1.920 cj. 306
CEP 80420-090, Curitiba, PR
Fone/fax: (0xx41) 342-7175

24 a 26

Journées nationales d'études et de perfectionnement des infirmiers de dialyse, transplantation et nephrologie

Dauville, France
Fone: (00xx33) (4) 9178-9074
Fax: (00xx33) (4) 9178-9071

25 a 26

CITIC (Conférence Internationale de Transplantation et d'Immunologie Clinique)

Transplantation and Changing Management of Organ Failure, Lyon, France
Fone: (00xx33) (4) 7240-7955
E-mail: citic@asi.fr

JUNHO

9 a 17

Histocompatibility Specialists Course The South-Eastern Organ Procurement Foundation

Ritz Carlton, Phoenix, Arizona (EUA)
Fones: (00xx1)(804) 323-9890
Fax: (00xx1)(804) 323-1300
http://www.seop.org/specialist_brochure.htm/

21 a 23

International Liver Transplantation Society (6th Congress)

Sheraton Hotel and Towers
Buenos Aires, Argentina

pediatria

Congresso Internacional de Especialidades Pediátricas

De 17 a 20 de maio acontece, em Curitiba, o Congresso Internacional de Especialidades Pediátricas (criança 2000). O evento terá um módulo de nefrologia que contará com a participação de 15 convidados. Os principais temas serão diálise, transplante renal e distúrbios miccionais. Alguns dos palestrantes convidados são: Denis Geary (Canadá), Gregory Hammer (USA), Louis Underwood (USA), Juan Puigdeval (Argentina) e José Maria Garat (Espanha).

esporte

Espanha realiza torneio de futebol para médicos

Será realizada em Barcelona, Espanha, de 3 a 9 de julho, a VI Copa de Futebol para Médicos. A copa é organizada pelo Hospital Vall 'Hebron e conta com a participação de diversos países do mundo, como Alemanha, Inglaterra e Argentina. No ano passado, a equipe brasileira ficou em terceiro lugar.

A Associação Paulista de Medicina (APM) está formando uma delegação. Os médicos interessados podem entrar em contato com o Departamento Social da entidade pelo telefone (0xx11) 3188-4282.

Fones: (00xx54)(11) 4325-1273

Fax: (00xx54)(11) 4326-8517

Email: mci@sion.com.ar

<http://www.ilts.org>

21 a 24

2000 US Transplant Games National Kidney Foundation Transplant Athletics

Orlando, Florida (EUA)
<http://www.kidney.org/meetings/00games/index.cfm>

JULHO

3 a 9

VI Copa Mundial de Futebol para Médicos

Hospital Vall D'Hebron
Barcelona, Espanha
Tel.: (0xx11) 3188-4282

AGOSTO

1st Congress of the International Pediatric Transplant Association

Venice, Italy
Tel: (00XX39) 06 5160-0647
E-mail: progress@progress-congressi.com

27/8 a 1º/9

The 18th International Congress of the Transplantation Society

Roma, Itália
(Discurso do papa João Paulo II na cerimônia de abertura do evento.)
Fone: (0xx39)(06) 39727707
Email: triumph@tin.it

SETEMBRO

24 a 27

XX Congresso Brasileiro de Nefrologia X Congresso Brasileiro de Enfermagem em Nefrologia

Sociedade Brasileira de Nefrologia
Natal, RN
Fax: (0xx84) 201-2388
Email: sbn-rn@digicom.br

NOVEMBRO

21 a 22

13th Asian Colloquium in Nephrology

2 Advance Course in Nephrology
E-mail: yagina@commerce.net.id

 NOVARTIS

 SANDIMMUN
NEORAL
ciclosporina para microemulsão


TRANSPANTES

 SIMULECT®
basiliximab

Edital para o Concurso ao Título de Especialista em Nefrologia

A Sociedade Brasileira de Nefrologia realizará no dia 23 de setembro de 2000, às 14h, o exame para obtenção do Título de Especialista em Nefrologia. O exame será realizado durante as atividades do XX Congresso Brasileiro de Nefrologia. O exame anual consiste na avaliação dos candidatos ao Título de Especialista em Nefrologia.

1. Local da prova: Centro de Convenções de Natal – Via Costeira s/nº, Bairro Ponta Negra, Natal, Rio Grande do Norte – Telefone: (0xx84) 219-3488.

2. Critérios para aprovação: a) O exame terá duração de três horas, será na forma de teste, com 100 (cem) perguntas e quatro alternativas. b) Os resultados finais serão afixados em local público, não sendo divulgada a nota alcançada por cada candidato.

3. Bibliografia sugerida: a) Jornal Brasileiro de Nefrologia. Revista oficial da Sociedade Brasileira de Nefrologia, de 1990 até o último volume. b) Princípios de Nefrologia. Miguel Carlos Riella. c) Atualidades em Nefrologia. Volumes I ao V. d) Diseases of the kidney. Schrier e

Gottschalk. e) The Kidney – Brenner and Rector's. Fifth Edition. Edited by Barry M. Brenner. Volume I and Volume II. f) Nefrologia Urologia Clínica. Schor e Srougi.

4. Requisitos: Estarão aptos ao exame para obtenção do Título de Especialista os candidatos que atingirem um total de pelo menos 100 créditos, a saber:

- R₁, R₂, R₃: 20, 30 e 50 créditos, respectivamente.*

Esse número de créditos é válido para a seqüência: R₁ em Clínica Médica, R₂ em Nefrologia, R₃ em Nefrologia (Se a Residência for somente de Clínica Médica, o valor será de 20 pontos por ano de Residência)

- Estágio em tempo integral: 30 créditos por ano.**

- Prática nefrológica ou estágio em tempo parcial: 15 créditos por ano.

- Cursos: 1 a 4 créditos. (20 no máximo)***

Observações:

*Residência credenciada pelo MEC.

**Estágio em tempo integral em serviço credenciado pela SBN.

***Os cursos devem ser organizados pelas Regionais ou pela SBN. e aprovados previamente pelo DERT para a devida pontuação; devem ter

pelo menos 4 (quatro) professores qualificados (Título de Especialista ou titulação igual ou superior a Doutor); carga horária mínima de 10 (dez) horas; a pontuação máxima (4 créditos) será reservada aos cursos com avaliação de aproveitamento.

5. Inscrição: a) Deverá ser feita através da secretaria da Sociedade Brasileira de Nefrologia mediante taxa de inscrição no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para sócios e R\$ 300,00 (trezentos reais) para não sócios, juntamente com 1 (uma) via do Curriculum Vitae (enviar somente xerox), até o dia 01 de agosto de 2000. b) Enviar cópia do Curriculum Vitae também para a Sede Regional da Sociedade Brasileira de Nefrologia informando ser candidato à obtenção do Título de Especialista. Os sócios aprovados no exame deverão encaminhar à SBN, posteriormente, uma taxa de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para a confecção e expedição do Diploma pela Associação Médica Brasileira. c) Caso a documentação apresentada seja insuficiente, a taxa de inscrição será devolvida. d) Caso o candidato não possa comparecer à prova, a inscrição permanecerá válida para a próxima prova.

6. Banca examinadora: A banca examinadora será composta pelos membros do Departamento de Ensino, Reciclagem e Titulação que elaborará o exame, zelando pelo seu sigilo e executará a prova, publicando os resultados assim que terminarem as correções.

7. Considerações gerais: a) Aos candidatos aprovados será encaminhada, via correio, uma Declaração de Aprovação expedida pela SBN no prazo máximo de 20 (vinte) dias, após o resultado da prova. b) Com uma cópia da Declaração, o candidato deverá se dirigir à Federada da Associação Médica Brasileira da sua cidade e solicitar o preenchimento do Requerimento para obtenção do Título de Especialista e fazer o pagamento da respectiva taxa, para que se possa expedir o Diploma.

**João Cezar Mendes
Moreira**
*Presidente da Sociedade
Brasileira de Nefrologia*

Nestor Schor
*Coordenador do
Departamento de Ensino,
Reciclagem e Titulação da
Sociedade Brasileira de
Nefrologia*



Produtos para Hemodiálise
Evolução Constante

A marca **FARMARIN** é sinônimo de qualidade, com tradição de uma década a serviço da saúde garantindo segurança absoluta para o paciente

LA HABANA E OS NEFROLOGISTAS

Rui A. Barata

Corria o ano de 1982. Havana, em maio, sediaria o Con-

gresso Latino-americano de Nefrologia sob a presidência do Dr. Busch. No Brasil ainda vivíamos debaixo de feroz ditadura, que, acuada pelas pressões populares, começava a ceder. Brasil e Cuba não mantinham relações diplomáticas.

É nesse cenário que alguns nefrologistas brasileiros resolvem comparecer ao Congresso cubano. Os primeiros contatos entre os organizadores do evento e o grupo de nefrologistas do qual participei foram feitos clandestinamente por Clara Charf, viúva de Carlos Marighela, dirigente máximo da ALN – organização que se dedicou à luta armada no final dos anos 60 e início dos 70 como alternativa equivocada para derrubar a ditadura militar.

Apesar de então recente prisão de Antonio Callado e de Chico Buarque de Hollanda no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, quando retornavam de Cuba, onde participaram como jurados para a escolha dos premiados de literatura e música da Casa de las Américas, o desafio estava aceito.

Havia duas rotas clássicas para Havana. Uma via México, e dali em diante pelos Tupolevs da Cubana de Aviación. A outra por Lima, no Peru, de onde partiam vôos regulares da Aeroflot. Por vários fatores, a via mexicana foi escolhida.

No grupo, além de mim, estavam Sérgio Draibe, Manoel Saragoça, Nestor Schor, Francisco Figueiredo, Daniel Sigulem e Horácio Ajzen, todos da Escola Paulista de Medicina. Sérgio e Nestor viajaram com antecedência de alguns dias, visando obter os vistos da delegação na embaixada cubana no México. Um amigo intermediou

os carimbos diplomáticos em fotocópias dos passaportes, pois não se podia correr o risco de chegar ao Brasil com os originais carimbados pela aduaneira cubana. Seria a via mais curta para assanhar a polícia brasileira.

Nos reunimos nos boxes da Cubana de Aviación no aeroporto mexicano. Após protestarmos contra a cobrança de 500 dólares (per capita) pela Companhia Cubana de Turismo, partimos para Havana cheios de emoção.

No avião da Cubana, cheio de novidades proletárias, mais uma agradável surpresa: Luiz Estevan Ianhez e Margarida Galvão, da Unidade de Transplante do Hospital das Clínicas de São Paulo, tinham vindo em esquema próprio.

Aeroporto José Martí, 15 horas locais. Claridade de ofuscar. A longa fila para conferir os documentos de entrada se arrastou penosamente até chegar nossa vez. Um livro editado pela PUC, trazido por Horacio Ajzen, foi minuciosamente examinado pelo burocrata de plantão, muito desconfiado. Algumas malas foram revistadas, felizmente sem maiores contratemplos.

No trajeto para o Hotel, grandes outdoors conclamavam “los campañeros” a vencer a batalha da 8ª série. “Até o fim daquele ano, o ensino seria obrigatório até a 8ª série para todos os cubanos”. A delegação hospedou-se no Hotel Habana Libre (antigo Sheraton Hotel) no bairro do Vedado. Quanto a mim, fui privilegiado pela hospitalidade de Vinícius Caldevilla, brasileiro exilado em Cuba desde o final dos anos 60. Funcionário da Rádio Havana,

Vinícius morava com a mulher, filhos e seu sogro, sr. Franklin, veterano das milícias de defesa nas invasões americanas da Baía de Los Cochinos e da Playa Girón.

O Congresso realizou-se no Centro de Convenções de Havana, no bairro Siboney, repleto de mansões antes pertencentes aos gringos que lá aportavam em seus iates para farras memoráveis. Transformara-se no Setor das Embaixadas e das Escolas de Arte.

Conferências, exposições orais, aulas e mais aulas. Russos, húngaros, romenos, búlgaros, tchecos e alemães

orientais a dar com pau. Alguns canadenses e muitos latino-americanos. Não vimos nenhum “Nobel”, nem mesmo as conhecidas vedetes patrocinadas pelas corporações da indústria farmacêutica.

Visitamos Varadero, tomamos mojitos na Bodeguita del Médico, daikiri na Floridita, sorvetes na Copelia e assistimos ao magnífico Balé de Alicia Alonso. Estivemos no Museu da Revolução, no Parque Lênin e na Casa de Hemingway.

Guiados por Calixto, médico, e por José Edrera, amigos de Sérgio Draibe dos tempos de Paris, conhecemos a organização e os ineqüívocos resultados do sistema de saúde de Cuba.

No campo da política associativa, nosso grupo pensou em propor o nome de Horácio Ajzen – à sua revelia – para o Congresso seguinte, a realizar-se no Brasil. No segundo dia de Congresso, entretanto, chegou a Havana o nefrologista carioca José

(RS), então presidente da SBN, conferindo-lhe poderes de representação frente à Sociedade Latino-americana. Dali em diante, José Augusto Aguiar seria designado presidente do próximo e polêmico evento nefrológico dos países latinos, realizado em 1985 no Rio. No nosso último dia na ilha, nosso amigo Vinícius levou gravador e aparelhagem para uma entrevista dos brasileiros à Rádio Havana no hotel.

Era um belo fim de tarde. A timidez e a desconfiança foram lentamente superadas pelas generosas goladas do excelente Havana Club. Logo estávamos fazendo declarações e emitindo elogios à recepção que tivemos demonstrando nossa admiração pelo sistema de saúde.

Apesar de temerosos, entramos no Brasil, sem maiores percalços. Na volta, passei por Belém, onde fiquei com minha família por 15 dias. Lá encontrei um colega de turma que trabalhava no Amapá, que inocentemente perguntou.

– Oh, Ruy! Você esteve em Cuba com uma delegação de médicos?

– Mas que pergunta mais boba, hein cara!

– Não é nada disso, companheiro! É que no Amapá a Rádio

Havana entra regularmente todas as noites. Lá todos sabemos de cor até mesmo o seu prefixo: “Aqui, Radio Habana. Cuba, território livre de América falando para o Brasil”.

Por algum tempo ainda aguardamos a confusão, que felizmente não chegou.

HAVIA DUAS ROTAS CLÁSSICAS PARA HAVANA. UMA VIA MÉXICO E, A OUTRA, POR LIMA, NO PERU

NÃO SE PODIA CORRER O RISCO DE CHEGAR AO BRASIL COM PASSAPORTE CARIMBADO EM CUBA

“VOCÊ ESTEVE EM CUBA COM UMA DELEGAÇÃO DE MÉDICOS?”, PERGUNTOU INOCENTEMENTE O AMIGO

Transplantes

Roche

Farmacêutica